

## Comissão amplia debate sobre reforma do Judiciário

Ministro da Justiça e futuros presidentes do Supremo e do STJ serão ouvidos em audiência pública na CCJ. Sugestão do líder do PT de acelerar a votação da proposta provoca divergência entre senadores, e relator José Jorge fixa em 4 de fevereiro o prazo para receber contribuições ao aperfeiçoamento do texto

Página 3



Célio Azevedo

**RIGOR** Na presidência da CCJ, Edison Lobão lembra que a comissão vem, há muito tempo, estudando cuidadosamente a proposta, que agora terá novas audiências públicas

### Senadores cobram votação de emenda da Previdência

A informação de que a Câmara pode não votar a emenda paralela da Previdência foi mal recebida no Senado. Se a notícia se confirmar, o governo estará descumprindo acordo, alertaram senadores em pronunciamentos no Plenário.

Página 5

### Ministro da Saúde será ouvido sobre transplantes

O ministro da Saúde, Humberto Costa, comparecerá ao Plenário em 4 de fevereiro. Ele falará sobre transplante de órgãos e a denúncia de que teria gravado conversa telefônica com deputado.

Página 5

### Juvêncio e Mozarildo têm propostas para índios

Juvêncio da Fonseca propôs a desapropriação de terras para solucionar conflitos fundiários com comunidades indígenas. Mozarildo Cavacanti conseguiu que comissão de senadores fosse criada para acompanhar a crise em Roraima.

Página 6

## Orçamento na Internet, sugere Capiberibe

O senador João Capiberibe (PSB-AP) defendeu ontem em Plenário a divulgação obrigatória na Internet da execução dos orçamentos da União, dos estados e dos municípios. Essa seria uma importante forma de controle social sobre o uso do dinheiro público, segundo o parlamentar.

Autor de um projeto com esse objetivo em discussão na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (PLS 130/03), Capiberibe mostrou um modelo de divulgação utilizado pelo governo do Amapá. Lendo um trecho da página eletrônica, o senador observou que foram feitas compras de um mesmo produto com preços diferentes.

– Com esse sistema, é possível a qualquer cidadão controlar como o governo está executando o orçamento – afirmou Capiberibe.

Ao analisar a palavra “República”, o parlamentar lembrou que o termo vem do latim *res publica* e significa “coisa pública”. Assim, quando o uso do dinheiro público fica restrito a poucos, o sentido da República é corrompido, observou.



**CONTROLE** João Capiberibe defende controle social sobre a utilização do dinheiro público

# Papaléo propõe novos rumos para a telefonia

**Custos altos para os usuários são apontados como sinais de que é necessário reformular o setor**

Ao opinar que a privatização do Sistema Telebrás não rendeu os resultados esperados, o senador Papaléo Paes (PMDB-AP) sugeriu que o Senado instale uma comissão e realize audiências públicas para propor alterações na Lei Geral de Telecomunicações e redefinir o papel da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel), para fortalecer seu caráter regulador e fiscalizador.

Fotos: Roosevelt Pinheiro



**FORTALECIMENTO** Papaléo quer comissão para telecomunicações

Na avaliação do senador, o governo Fernando Henrique Cardoso não conseguiu privatizar o setor de telefonia como havia prometido. Ele disse que

os custos da telefonia fixa não foram barateados, o acesso ao sistema não foi disseminado e nem a concorrência foi estimulada a crescer.

– Barateamento das ligações? Ficou na esperança. Aumento de oferta? Esse, de fato, ocorreu, com a oferta de milhões de linhas em todo o país. Contudo, o resultado não foi a ocupação das linhas ofertadas, mas um lote de ociosidade de cerca de 10 milhões de linhas – afirmou Papaléo.

O senador Almeida Lima (PDT-SE) disse que a falência da telefonia brasileira já é de conhecimento de todo o país.



**FRAUDE** Lúcia Vânia defende investigação pelo Senado sobre atuação da Parmalat no Brasil

## Senadora pede informação sobre Parmalat

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) anunciou ontem ter apresentado requerimento de informações aos ministros da Agricultura, Roberto Rodrigues; do Trabalho e Emprego, Jaques Wagner; e das Relações Exteriores, Celso Amorim, para conhecer as providências tomadas pelo governo brasileiro com relação à falência da empresa Parmalat, na Itália, e suas possíveis conseqüências para o Brasil.

Lúcia Vânia afirmou que os diretores da empresa, em reunião na Federação de Agricultura do estado de Goiás (Faeg), informaram não haver ainda solução para a dívida com os produtores de Goiás, que já soma R\$ 6 milhões.

A representante goiana ressaltou que o assunto foi a principal reportagem do diário goiano *O Popular* e foi também destacado em Plenário pelos senadores Maguito Vilela (PMDB-GO), que pediu medidas corajosas do governo; Sérgio Zambiasi (PTB-RS), que alertou para o desemprego no Rio Grande do Sul; e Romeu Tuma (PFL-SP), que prometeu interceder junto à Polícia Federal para atuar nas investigações.

A senadora acrescentou que a comissão parlamentar de inquérito (CPI) que investiga as transferências de dinheiro ao exterior por meio de contas CC-5 do Banestado, presidida pelo senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT), também investigará a crise da Parmalat. Ela defendeu ainda que as Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS) discutam o problema.

Lúcia Vânia disse que, na opinião dos produtores, a liberação de R\$ 200 milhões, pelo governo, para financiar a estocagem do leite excedente não irá resolver o problema.

## Agenda

### CRE discute fichamento de norte-americanos

Na reunião da Comissão de Relações Exteriores (CRE), às 9h30, será discutida a obrigatoriedade da identificação por fotografias e impressões digitais de brasileiros nos EUA e norte-americanos no Brasil para permitir a entrada no país. O colegiado, presidido pelo senador Eduardo Suplicy (PT-SP) – foto –, vota ainda indicações para embaixadores.



### Plenário realiza sessão não deliberativa

A sessão de hoje, com início previsto para as 14h30, é não deliberativa, ou seja, não haverá votação de matérias. Ela é destinada aos pronunciamentos dos parlamentares. O trabalho dos senadores pode ser acompanhado ao vivo pela Rádio e pela TV Senado, além da cobertura em tempo real disponível no endereço [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br).

### Audiência pública na CAE

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) realiza hoje, às 10h, audiência pública com os presidentes do Sebrae, Silvano Gianni, e da Associação Nacional dos Magistrados da Justiça do Trabalho (Anamatra), Grijalbo Fernandes Coutinho, para instruir a Lei de Falências (PLC 71/03).

### Inclusão digital

No programa *Cidadania*, exibido às 19h30 pela TV Senado, o diretor do ProInfo do Ministério da Educação, Américo Bernardes, e o diretor do Centro de Educação a Distância da Universidade de Brasília, Bernardo Kipnis, discutem medidas para permitir acesso popular à tecnologia digital.

**A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)**

## JORNAL DO SENADO

[www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF  
CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de Imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Cirilo Quartim  
**Arquivo Fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e Atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Marcos Magalhães e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

## REFORMA DO JUDICIÁRIO

## Senadores divergem sobre rapidez na votação

O líder do PT no Senado, Tião Viana (AC), conclamou os integrantes da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) a votarem com urgência a proposta de emenda constitucional (PEC) que estabelece a reforma do Judiciário. Segundo ele, o Parlamento não pode protelar ainda mais a votação de uma reforma que é essencial para o país.

– A reforma do Judiciário já foi exaustivamente examinada e, portanto, a CCJ não necessita mais de realizar audiências públicas destinadas a aprofundar o assunto – disse Tião Viana, ao defender a votação da proposta até o dia 13 de fevereiro, data em que se encerra a convocação extraordinária do Congresso Nacional.

A senadora Serys Slhessarenko (PT-MT) também defendeu a votação da reforma dentro do prazo de convocação extraordinária, enquanto o líder do governo no Senado, Aloisio Mercadante (SP), deixou claro que, apesar de a reforma ser um anseio nacional, “os senadores não precisavam marcar um prazo para que a matéria seja votada, devido à complexidade do tema”. Segundo Mercadante, nada menos do que 25% da população brasileira não têm acesso à Justiça, e a reforma tem por meta dar maior rapidez na análise de processos e universalização da Justiça.

Tião Viana também criticou a criação de uma secretaria para acompanhar a reforma do Judiciário, conforme determinação do ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos. Para ele, “o Parlamento está pronto para votar a matéria”. O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) concordou com Tião



**URGÊNCIA** Tião Viana quer a votação da PEC durante a convocação extraordinária

Viana, afirmando que, no caso, não cabe a interferência do Executivo nesse assunto.

**Complexidade**

Para o senador Demostenes Torres (PFL-GO), a reforma do Judiciário deve ter prioridade, mas diante da complexidade da matéria não pode ser votada em um prazo de 20 dias, considerado por ele exíguo. Entre os pontos que considera polêmico, Demostenes destacou o dispositivo que institui o controle externo do Judiciário.

Os senadores Jefferson Péres (PDT-AM) e Pedro Simon (PMDB-RS) também recomendaram cautela na votação da proposta de reforma. Segundo eles, apesar de a matéria estar em tramitação há 12 anos no Congresso Nacional, muitos temas ainda exigem profundo debate.

Por isso, Jefferson e Simon defendem a realização de audiências, na Comissão de Justiça, com a presença de várias autoridades, entre elas o presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), Maurício Corrêa, e o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos.

## CCJ amplia debate sobre a reforma do Judiciário

Também serão ouvidos em audiência pública o ministro da Justiça e os futuros presidentes do STF e do STJ

Com o objetivo de aprofundar a discussão da proposta de reforma do Judiciário, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) decidiu ontem ouvir, em audiência pública, o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, e os futuros presidentes do Supremo Tribunal Federal (STF), Nelson Jobim, e do Superior Tribunal de Justiça (STJ), Edson Vidigal, em datas a serem agendadas. Anteriormente, só estava previsto, durante a convocação, debate com o atual presidente do STF, ministro Maurício Corrêa.

O presidente da CCJ, senador Edison Lobão (PFL-MA), lem-



**PRECAUÇÃO** Edison Lobão garante a obediência dos prazos regimentais

brou que, ano passado, a comissão realizou diversas audiências públicas sobre a reforma (PEC 29/00) e que a matéria já estava pronta para ir ao Plenário, mas a votação terminou sendo adiada para dar prioridade ao exame das reformas da Previdência e tributária.

Ele destacou que a comissão

vem, há muito tempo, estudando cuidadosamente a proposta. “Nenhum de nós deseja atropelar os prazos para justificar a convocação extraordinária, que aliás foi feita pelo Poder Executivo”, afirmou. Lobão destacou que a reforma do Judiciário é fundamental para o país, como forma de acabar com a morosidade da Justiça brasileira.

Demostenes Torres (PFL-GO), Aloisio Mercadante (PT-SP), Eduardo Suplicy (PT-SP) e Amir Lando (PMDB-RO) sugeriram que outras autoridades fossem ouvidas, além do ministro Maurício Corrêa. César Borges (PFL-BA) disse, no entanto, que há outros projetos na pauta da CCJ, como o que trata da proteção da vegetação nativa da Mata Atlântica.

## Relator receberá mais sugestões

O relator da reforma do Judiciário, senador José Jorge (PFL-PE), confirmou que até o dia 4 de fevereiro estará recebendo sugestões dos senadores integrantes do colegiado, apesar de o prazo de apresentação de emendas já se ter esgotado. As sugestões, explicou, poderão ser aproveitadas como emendas do relator.

José Jorge também defendeu, a exemplo de outros senadores, que a CCJ faça uma série de audiências públicas no prazo de convocação extraordinária do Congresso Nacional, com o objetivo de aprofundar ainda

mais a discussão da reforma do Judiciário. A seu ver, o Senado não pode ter pressa em votar um assunto complexo e que exige profundos debates.

O senador negou que o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, tenha afirmado que o Executivo estaria propenso a remeter nova proposta de reforma, em substituição à que tramita no Senado. José Jorge disse que, em conversa com o ministro, este reiterou apenas o interesse do governo de ver aprovados cinco pontos na PEC, entre os quais o controle do Judiciário.



**EXPLICAÇÃO** José Jorge nega que o Executivo pretenda enviar nova proposta de reforma



**ESFORÇO** Ao ler o relatório favorável, Antonio Carlos Magalhães defende inclusão de mais propostas na pauta da convocação

## Comissão acolhe mudança no Código Civil

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem relatório favorável a projeto de lei da Câmara que estende de um para dois anos o prazo para entidades civis, como associações, sociedades, fundações, além de empresas, se adaptarem ao novo Código Civil. A matéria vai agora a votação no Plenário do Senado.

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), que leu o relatório, elaborado por Marcelo Crivella (PL-

RJ), reforçou a necessidade de emenda de redação, substituindo o termo empresário por empresa. O texto original dá mais um ano para empresários se adaptarem às mudanças. Antonio Carlos sugeriu que outros projetos sejam examinados durante a convocação extraordinária do Congresso.

No relatório, Crivella destacou ser muito curto o prazo de um ano, previsto inicialmente no novo Código Civil, para adaptação das entidades

civis à determinação para que seus atos constitutivos – como transformação, incorporação, fusão ou cisão – passem a ser regidos pela nova lei.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) considerou importante conceder mais prazo para que as entidades promovam a adaptação. Jefferson Péres (PDT-AM) apoiou emendas de redação e Pedro Simon (PMDB-RS) ressaltou a importância do projeto.

# ACM quer “limpeza” nas matérias em tramitação

■ Ele defende votação das propostas viáveis e arquivamento das que não merecem ser apreciadas

O senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) propôs ontem que os senadores façam “uma limpeza” nas propostas em tramitação no Senado. Segundo ele, há hoje na Casa cerca de 900 proposições aguardando a deliberação dos parlamentares.

– Vamos fazer um esforço, uma limpeza nessas propostas. Colocar em votação as que merecem, destruir as tantas e



**EXCESSO** Segundo Antonio Carlos, 900 propostas aguardam deliberação

quantas não merecem, mas tomar posição, para que aqui não fique como um cemitério de

proposições que não são votadas – afirmou, após pedir a inclusão de mais matérias na pauta da convocação extraordinária do Congresso.

O parlamentar citou algumas propostas de sua autoria que estão tramitando, entre elas projeto de lei que institui um só horário em todo o país, para evitar “as dificuldades do horário mais variado”; o projeto de lei que disciplina viagens oficiais ao exterior, cuja urgência na votação foi por ele defendida. Também

mencionou o projeto que cria a Comissão Permanente de Desenvolvimento Regional, para que as bancadas do Nordeste, Norte e Centro-Oeste se unam em defesa dos seus pleitos.

## Buracos

Antonio Carlos protestou contra a “situação calamitosa” das estradas de rodagem na Bahia. De acordo com o senador, as chuvas que caíram nos últimos dias agravaram a situação. Ele referiu-se à ponte que desabou na BR-110, atrapalhando a ligação entre Salvador e Paulo Afonso.

Para o representante baiano, a situação, que já estava ruim, ficou pior. Ele assinalou que o senador Tião Viana (PT-AC) lhe

disse ter assistido, na Bahia, homens e mulheres tapando com terra buracos nas estradas, em troca de algumas moedas.

O senador afirmou que o ministro dos Transportes, Anderson Adauto, “estava fraco e agora está forte”, porque o vice-presidente da República, José Alencar – do mesmo partido de Adauto, o PL –, não permitiu sua substituição. Antonio Carlos pediu ao ministro que vá ver as estradas da Bahia e defendeu a apresentação de um “plano urgente” para recuperação da malha rodoviária, além de sua expansão, para atender ao crescimento econômico que todos esperam para o país.

## Paim: recesso pode ter novas regras este ano

O vice-presidente do Senado, Paulo Paim (PT-RS), informou ontem ter ouvido do presidente da Câmara, João Paulo Cunha, que não há qualquer possibilidade de incluir novas matérias na pauta da convocação extraordinária do Legislativo. Na mesma entrevista, Paim admitiu que, em 2004, “seguramente o Congresso mudará as regras referentes ao recesso parlamentar”.

– Este ano, mediante os fatos colocados com muita clareza por toda a sociedade, há espaço para que a gente faça uma mudança. Sinto que a crítica maior é contra o pagamento dos parlamentares. Por que um pagamento extra se o parlamentar está sendo chamado a complementar a reforma da Previdência?

Paim afirmou que Senado e Câmara deverão unir-se para fazer essa mudança, prevista em proposta do então senador e hoje deputado Jader Barbalho (PMDB-PA), e que aguarda parecer da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Além de reduzir a duração do recesso, a proposição (PEC 3/00) acaba com o pagamento extra durante as convocações. O relator da matéria é o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE).

O senador gaúcho explicou que não houve entendimento para que essa matéria fosse incluída na pauta da convocação extraordinária, mas há um acordo entre as duas Casas do Congresso para que, na primei-



**PROVENTOS** Paulo Paim defende o fim de pagamento extra aos parlamentares

ra semana de trabalho após o recesso, se inicie o exame da questão.

– Eu estou convencido de que estamos caminhando bem nessa linha de diminuir o recesso ou pelo menos assegurar que, se houver convocação extraordinária, não haja pagamento extra. Isso tem lógica porque todos nós recebemos salário normalmente no fim do mês. Não há por que receber um outro salário.

Paim definiu como uma questão de honra para o Congresso aprovar, durante a convocação, a emenda paralela, que altera a reforma da Previdência.

– Já pensou chegarmos ao dia 1º de abril, que é o Dia da Mentira, e a PEC 77 não ter sido aprovada? Aí de fato fizemos nós todos de bobos. Aí a reação será muito dura e muito forte.

## Heráclito alerta para repercussão negativa

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) manifestou-se ontem, em discurso no Plenário, preocupado com uma repercussão negativa da convocação extraordinária do Congresso Nacional, feita pelo presidente da República.

– Todos os ônus estão recaindo sobre nós parlamentares, quando na realidade a convocação é responsabilidade exclusiva do governo, que convocou e enviou a pauta para este Parlamento. Apenas estamos cumprindo uma determinação constitucional – afirmou o representante piauiense.

Heráclito lamentou que a imprensa tenha divulgado a informação de que houve uma sessão do Congresso Nacional de apenas quatro minutos na última segunda-feira. Na realidade, tratou-se de uma sessão de instalação dos trabalhos da convocação do Legislativo, depois da qual Câmara e Senado se reuniram separadamente para discutir e votar projetos, esclareceu ele. Outro motivo de preocupação do senador é a possibilidade de que a chamada proposta de emenda paralela da Previdência Social, que resguarda direitos dos servidores públicos, não seja votada durante o período de convocação extraordinária, conforme havia sido acordado por ocasião da aprovação do texto principal da emenda da reforma previdenciária.



**INICIATIVA** Heráclito Fortes lembra que a convocação foi feita por ato do governo

– Até parece que por trás de tudo isso há uma trama urdida para que a proposta de emenda constitucional paralela não seja votada – disse Heráclito.

O segundo vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), afirmou que se há uma disposição na Câmara dos Deputados de não votar a PEC paralela, certamente ela não encontra respaldo entre os senadores. A PEC foi aprovada no Senado, no final do ano passado, por ampla maioria.

– Com certeza, não inclui o senador Paulo Paim, um dos maiores responsáveis pela colocação dessa proposta na pauta da convocação, uma vez que atende à sua luta de sempre a favor do salário mínimo e dos direitos dos trabalhadores – destacou.



**AVALIAÇÃO** Para Alvaro Dias, faltou ação na área social e no desenvolvimento econômico

## Alvaro critica a atuação do governo Lula

O senador Alvaro Dias (PSDB-PR) criticou o governo Luiz Inácio Lula da Silva por “nada ter feito” na área social e não haver gasto “nenhum centavo” no desenvolvimento econômico do país. Ele cobrou uma postura mais isenta da imprensa, que, observou, critica o Congresso Nacional e não destaca que o presidente da República é o responsável pela convocação extraordinária.

– A imprensa dá tanto espaço para as críticas ao Congresso que até mesmo esqueceu a compra do luxuoso avião para a Presidência da República. Esse avião é um escárnio com a população brasileira.

Alvaro disse que a indignação que se espalha no país é apenas resultado do “momento infeliz” que vive o governo Lula por sua má administração.

– O presidente tem o direito de paralisar o governo com intermináveis negociações para o novo ministério? – questionou o parlamentar.

# Senadores cobram votação da PEC paralela

A informação de que o governo federal teria recuado do compromisso de lutar pela aprovação da PEC paralela da Previdência na Câmara dos Deputados repercutiu negativamente no Plenário do Senado. Paulo Paim garantiu que a notícia é improcedente e manifestou confiança de que a proposta de

emenda constitucional estará aprovada até fevereiro. Ele disse que a posição do ministro José Dirceu foi mal interpretada. Magno Malta advertiu que, se a emenda não for votada pela Câmara, “ninguém mais poderá acreditar na palavra dos líderes do governo”. Para Ramez Tebet, não se pode admitir que

sentimentos menos nobres possam prejudicar o entendimento: “Tenho certeza de que o governo e a Câmara compreendem o sentimento dos servidores públicos”. Para Efraim Morais, “o presidente Lula vai ter de mandar votar, mesmo contra a vontade de José Dirceu”.

## EFRAIM MORAIS

### Proposta diminui danos causados à sociedade

O líder da minoria no Senado, Efraim Morais (PFL-PB), afirmou que, caso a Câmara dos Deputados não vote a chamada PEC paralela (proposta de emenda à Constituição que muda a reforma da Previdência promulgada no final do ano passado), o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva irá acabar juntamente com a convocação extraordinária do Congresso Nacional, no dia 13 de fevereiro.

Efraim comentou notícia publicada ontem por diversos diários brasileiros, relatando que o ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, afirmou, em encontro com lideranças do Congresso, que o governo recuou e não quer mais a aprovação da PEC paralela.

– A PEC paralela diminui os danos causados à sociedade brasileira, em especial ao funcionalismo público. Ela vai ser votada porque, se não o for, o



Fotos: Rosevelt Pinheiro

governo Lula acaba nesta convocação. O presidente Lula vai ter de mandar votar, mesmo contra a vontade de José Dirceu – afirmou o líder da oposição.

Efraim afirmou que os senadores que apóiam o governo e que assumiram compromissos pela aprovação da PEC paralela não têm qualquer culpa se ela não for aprovada, como também não têm os deputados que deveriam votá-la.

Em aparte, o senador Leonel Pavan (PSDB-SC) afirmou que a mídia tem criticado o Congresso Nacional pela convocação extraordinária, quando, na verdade, o Congresso foi convocado pelo presidente Lula. Já Demostenes Torres (PFL-GO) disse que o governo não tem cumprido seus acordos e, assim, desmoraliza sistematicamente seus interlocutores.

## RAMEZ TEBET

da reforma da Previdência, a chamada PEC paralela, por não serem os pais da idéia. Para ele, “ninguém pode acreditar que sentimentos menos nobres como o ciúme possam prejudicar o entendimento” entre o Senado e a Câmara.

– Será que a Câmara dos Deputados faltará com o sentimento de solidariedade para com o trabalhador brasileiro? Ainda sou um homem público que acredita que devemos fazer o melhor pelo país. Tenho certeza que o governo e a Câmara compreendem o anseio dos servidores públicos e a importância do compromisso assumido pelas lideranças em relação à PEC paralela – concluiu Ramez Tebet.

## PAULO PAIM

### Acordo será cumprido na íntegra

O senador Paulo Paim (PT-RS) saiu em defesa do ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, e reafirmou o compromisso firmado pelo governo com as lideranças partidárias no Senado de apoiar a votação da PEC paralela da reforma da Previdência. Segundo Paim, “não procede” a notícia de que o governo teria retirado o apoio à aprovação dessa proposição. O que José Dirceu teria dito em encontro com líderes no Congresso, esclareceu, é que o governo não aceitaria alteração, pela Câmara, na versão da PEC paralela aprovada pelo Senado.

– O acordo entre a cúpula do governo e o Senado será cumprido na íntegra – garantiu Paim, afirmando que, se a Câmara quiser oferecer mudanças na proposição, deve elaborar outra PEC paralela e enviar ao Senado. O vice-presidente da Casa chegou a lembrar que a própria convocação extraordinária do Congresso pelo Poder Executivo foi motivada pelo acordo em torno da urgência no exame da matéria.

Embora sem apostar nessa possibilidade, Paim advertiu que se a Câmara não cumprir com a sua parte e adiar a votação da PEC paralela, essa convocação será um “escândalo”.

– Estou confiante que essa PEC será aprovada até fevereiro – ressaltou Paulo Paim.



### Governo deve conduzir base na Câmara

O senador Magno Malta (PL-ES) alertou ontem que se a base do governo na Câmara dos Deputados não aprovar a PEC Paralela, que ameniza os efeitos da reforma da Previdência sobre os atuais servidores, o governo não terá mais nenhum espaço no Senado. O senador lembrou o acordo de líderes para aprovação da reforma da

## MAGNO MALTA

Previdência, a PEC 67, com a contrapartida de a Câmara aprovar a PEC Paralela, PEC 77, o mais rapidamente possível.

– O acordo foi integralmente cumprido no Senado e se o governo não cumprir na Câmara, além do desgaste provocado em todos pela convocação extraordinária, no Senado ninguém mais poderá acreditar na palavra dos líderes do governo – disse Magno Malta que também pertence à base do governo.

Magno Malta observou que o governo tem força suficiente para aprovar o que quiser e considerou imatura a atitude dos deputados, que dizem se sentirem prejudicados por não terem alterado a reforma da Previdência. Assim, disse o senador, o mínimo que se espera do governo é que conduza sua base na Câmara para aprovar a PEC 77.



### Devemos fazer o melhor pelo Brasil

O senador Ramez Tebet (PMDB-MS) disse ontem que não acredita no boato de que os deputados estariam com “ciúmes” da proposta de emenda à Constituição nº 77, que trata

## Transplantes levam ministro ao Plenário

O senador Romeu Tuma (PFL-SP), na presidência dos trabalhos da Mesa, informou ontem que o ministro da Saúde, Humberto Costa, deverá comparecer ao Plenário do Senado no próximo dia 4, a partir das 14h30, para falar sobre transplante de órgãos. A audiência pública foi solicitada pelo próprio ministro.

O senador Demostenes Torres (PFL-GO) disse que vai aproveitar a presença do ministro para pedir explicações sobre notícia veiculada no *O Globo* de ontem, segundo a qual o ministro da Saúde teria admitido que gravou conversa telefônica com o deputado Serafim Venzon (PSDB-SC) em que este teria retirado a afirmação de que lhe pedira pessoalmente interferência para um transplante de medula óssea.

Para o senador, o grampo telefônico não pode ser prática comum de um ministro de Estado. Já o senador Heráclito Fortes (PFL-PI) disse que Humberto Costa, um ex-parlamentar, tem a obrigação de prestar esclarecimentos ao país sobre esse episódio.

– Caso tenha ocorrido mesmo, é um precedente muito grave e a partir de agora ficará uma dúvida grande em qualquer parlamentar que queira ter um diálogo telefônico com alguma autoridade do país – afirmou.



Humberto Costa deverá comparecer ao Senado dia 4

Jane de Araújo



**CALAMIDADE** Almeida Lima quer presença de Lula para ver de perto os estragos

## Sertão alagado preocupa Almeida Lima

O senador Almeida Lima (PDT-SE) fez um apelo ontem para que o presidente Luiz Inácio Lula da Silva e o ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, visitem o estado de Sergipe e verifiquem de perto os estragos causados pelas chuvas constantes no estado, com maior gravidade no sertão. Ele informou que já solicitou audiência com o ministro para fazer um relato da situação.

De acordo com o senador, o sertão, que sempre foi castigado pela seca, por ironia do destino está sofrendo agora com o excesso de água, exatamente como ilustra a música *Súplica Cearense*, cantada por Luiz Gonzaga.

Segundo dados do setor de meteorologia da Secretaria de Planejamento de Sergipe, choveu em apenas dez dias 400mm no sertão sergipano, mais de cinco vezes a média anual pluviométrica, que é de 70mm, informou o senador. Ele destacou que ontem completou-se o décimo dia de chuva ininterrupta no estado e, apesar da previsão de que o tempo deve melhorar a partir de agora, as conseqüências são catastróficas, com a destruição de praticamente toda a infra-estrutura dos locais atingidos.

Almeida Lima mencionou que os municípios mais castigados são Poço Redondo e Porto da Folha, ambos situados no Vale do Rio São Francisco, que estão isolados. Ele lamentou as mortes ocorridas e os prejuízos econômicos dos municípios, alertando para o risco de leptospirose. E apontou que a maior necessidade da população é de remédios. O senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) registrou sua solidariedade com a população de Sergipe.

# Juvêncio: desapropriação evita conflitos com índios

O senador apresenta proposta de emenda constitucional que facilita a demarcação de reservas

Diante das notícias sobre as recentes invasões de terras por grupos indígenas em seu estado, o senador Juvêncio da Fonseca (PDT-MS) apresentou ontem proposta de emenda constitucional (PEC) que altera o artigo 231 da Constituição para permitir que a União desapropriasse terras em benefício de comunidades indígenas. Segundo ele, a União gostaria de intervir nos conflitos entre fazendeiros e índios, mas está impedida pela Constituição de realizar desapropriações e demarcar essas terras.

Juvêncio leu sentença do juiz federal Odilon de Oliveira, de Mato Grosso do Sul, que determina a reintegração de posse de duas propriedades rurais "violentamente ocupadas por



**LAUDOS** Juvêncio critica os critérios da Funai para identificar terras indígenas

índios mascarados e pintados". Ele explicou que a Fundação Nacional do Índio (Funai) alegou tratar-se de terras indígenas com base em estudos histórico-antropológicos e que foram realizadas três audiências de conciliação que não chegaram a um acordo.

– A Funai é parcial nos laudos antropológicos, contrari-

ando até mesmo fatos históricos, e facilita a invasão de terras. Vemos fotos nos jornais de homens encapuzados ao lado dos índios. Índio não usa capuz porque não é bandido. Se retirarem esses capuzes, vão descobrir os insufladores das invasões e até mesmo bandidos que se infiltram nas invasões para roubar gado dos produtores – afirmou o senador.

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) disse que a imprensa criou uma aura tão grande em torno do tema que qualquer pessoa que questiona as ações da Funai é taxada de ser contra os índios.

– Temos 320 mil índios vivendo miseravelmente e os antropólogos que vivem em Ipanema e na Avenida Paulista dizem que eles querem viver assim – afirmou. O senador Jonas Pinheiro (PFL-MT) lembrou que os índios já ocupam 15,5 milhões de hectares em Mato Grosso do Sul e a Funai ainda quer outros 25 milhões de hectares.



**RUMOS** Mão Santa diz que o Chile progrediu depois de conter os gastos públicos

## Chile é exemplo de austeridade, diz Mão Santa

O senador Mão Santa (PMDB-PI) relatou seus dez dias de viagem ao Chile, quando teve a ocasião de observar o progresso do país. Segundo ele, o segredo para a prosperidade chilena está na ênfase do governo à educação do povo e à austeridade dos gastos públicos.

Nesse sentido, advertiu o PT e o presidente Lula que, num país carente como o Brasil, não pode haver espaço para compra de um avião luxuoso e desnecessário para uso exclusivo da Presidência da República. "Esses US\$ 56 milhões seriam mais proveitosos se o governo doasse, a cada prefeitura do país, uma ambulância", disse.

Mão Santa afirmou que a escolaridade mínima obrigatória no Chile é de 12 anos, tempo suficiente para manter em zero o analfabetismo no país. Para ele, o PT precisa estudar o processo de desenvolvimento do Chile para adaptar algumas idéias ao Brasil.

O senador pelo Piauí afirmou ter percorrido o país inteiro, não tendo encontrado buracos em rodovias bem sinalizadas e em ótimo estado de conservação. Mão Santa disse ter ficado surpreso, também, com a inexistência de mendigos nas ruas.

Em aparte, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) afirmou ter viajado pelo Chile em duas ocasiões e concordou ser fator relevante no progresso a exigência de educação em tempo integral nas escolas de 1º e 2º graus.

Também em aparte, o senador Eurípedes Camargo (PT-DF) lamentou que o governador do Distrito Federal, Joaquim Roriz, do PMDB, esteja planejando gastos elevados no "projeto faraônico do trem-bala".

## Comissão vai a Roraima ver situação fundiária a pedido de Mozarildo

O senador Mozarildo Cavalcanti (PPS-RR) voltou a alertar ontem para a situação calamitosa em Roraima causada por problemas fundiários. Ele lembrou que, em julho do ano passado, apresentou requerimento pedindo a criação de uma comissão temporária externa de senadores.

Em resposta a Mozarildo, o 2º vice-presidente do Senado, Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO), comunicou ao Plenário decisão da Mesa de designar comissão especial formada por cinco senadores para ir até Roraima e avaliar a situação.

A comissão, conforme crité-

rios de composição partidária, será formada pelos senadores Delcídio Amaral (PT-MS), Eduardo Siqueira Campos, Romero Jucá (PMDB-RR), Augusto Botelho (PDT-RR) e Mozarildo Cavalcanti.

De acordo com Mozarildo, o motivo principal da disputa é a demarcação da reserva Raposa Serra do Sol, na região norte do estado.

– Tem havido até mortes entre índios de etnias diferentes – disse. Os conflitos não são novos, acrescentou, uma vez que, já no ano de 2000, a revista *IstoÉ* anunciava que "Roraima estava em pé de guerra".



**PREOCUPAÇÃO** Mozarildo teme conflitos fundiários mais graves em Roraima



## Heráclito pede socorro para Itainópolis

O senador Heráclito Fortes (PFL-PI) fez um apelo ao governador do Piauí, Wellington Dias, para que socorra o município de Itainópolis, que está parcialmente inundado pelo excesso de chuva. Ao se solidarizar com a cidade ontem, o senador pediu também ao ministro da Integração Nacional, Ciro Gomes, providências de ajuda à população local.

De acordo com o senador, que recebeu um telefonema do prefeito José Maia Filho, centenas de famílias estão desabrigadas. Ele assegurou que o município pode contar com toda a bancada do Piauí.

Na presidência dos trabalhos, o senador Efraim Morais (PFL-PB) registrou a solidariedade da Mesa com a população de Itainópolis.

## Simon protesta contra crítica a Cláudio Fonteles

Em nome da liderança do PMDB no Senado, Pedro Simon (RS) protestou contra o conteúdo de nota do colunista Ancelmo Gois, publicada na edição de ontem do jornal *O Globo*, que relata críticas feitas pelo ministro-chefe da Casa Civil, José Dirceu, à atuação do Ministério Público da União (MPU). Durante encontro de Dirceu com lideranças no Congresso, o líder do PL na Câmara, deputado Valdemar Costa Neto (SP), teria se referido ao procurador-geral da República, Cláudio Fonteles, como “múmia”, contando com o assentimento do chefe da Casa Civil.

– Não considero Cláudio Fonteles uma múmia. Trata-se de uma das pessoas mais dignas, sérias e responsáveis que conheço – observou. O repúdio de Simon à declaração foi endossado por Eduardo Suplicy (PT-SP), que lembrou a demonstração de “conhecimento e retidão de caráter” de Fonteles durante sabatina na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), e por Demostenes Torres (PFL-SP), que considera o procurador-geral da República um homem “honrado e digno”, além de bom cumpridor de sua missão à frente do Ministério Público.

Simon também se manifestou sobre a PEC paralela, da reforma da Previdência, e prestou solidariedade ao senador Fernando Bezerra (PTB-RN), inoventado em processo de improbidade administrativa movido pela Corregedoria Geral da União (CGU). Diante do descrédito de Demostenes Torres quanto à aprovação da PEC paralela, Simon disse estar “tranquilo” sobre o exame da matéria pela Câmara.



**DIGNIDADE** Pedro Simon ressalta qualidades do procurador-geral

# MP determina o arquivamento de denúncia contra Fernando Bezerra

**Senador apresenta pareceres do atual e do ex-procurador-geral da República, além de carta de FHC**

O senador Fernando Bezerra (PTB-RN) apresentou pareceres do ex-procurador-geral da República Geraldo Brindeiro e do atual procurador-geral, Cláudio Lemos Fonteles, determinando o arquivamento do processo instaurado contra ele referente a prática de improbidade administrativa. Fernando Bezerra também apresentou ontem ao Plenário carta encaminhada pelo então presidente Fernando Henrique



Fotos: Rosevelt Pinheiro

**SEM FUNDAMENTO** Fernando Bezerra afirma que CGU fez acusações absurdas

Cardoso atestando sua correção não só no desempenho das funções de ministro como na

sua vida empresarial.

Denúncias veiculadas pela imprensa a partir de maio de 2001 motivaram a Corregedoria Geral da União (CGU) a instaurar processo administrativo que resultou em um relatório subscrito pela então ministra-chefe Anadyr Mendonça. Uma empresa, a Metasa, da qual o senador tinha sido sócio durante três anos e estava afastado de sua direção havia sete anos, foi acusada de uma série de irregularidades, inclusive a de mau uso de recursos recebidos da Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste (Sudene).

– No seu afã de condenar a qualquer custo, a CGU transmutou meros questionamen-

tos como provas irrefutáveis, considerou simples dúvidas como certezas absolutas e transformou pequenas falhas em graves irregularidades para concluir, não se sabe como, que eu estaria incurso em crime de improbidade administrativa – afirmou o senador.

Fernando Bezerra destacou que o relatório da CGU baseou-se exclusivamente em notas publicadas pela imprensa, muitas delas “plantadas” por desafetos seus. O senador acrescentou que a Corregedoria nem sequer realizou qualquer investigação ou reuniu qualquer prova. Limitou-se apenas a tirar ilações precipitadas, conclusões absurdas e sem fundamento.

## Senadores destacam honradez do colega

**Aloizio Mercadante** (PT-SP) – “Para alguns a honra não é um elemento essencial à vida, mas para outros é o patrimônio mais importante da existência. Vossa Excelência está nesse segundo time.”

**Paulo Paim** (PT-RS) – “Faço questão de expressar minha solidariedade e de demonstrar meu reconhecimento pela sua trajetória como homem público.”

**José Agripino** (PFL-RN) – “Lamento que a imprensa, que destinou tantas manchetes incorretas sobre o episódio, não venha destinar o mesmo espaço para noticiar a comprovação de sua inocência.”

**Ney Suassuna** (PMDB-PB) – “Lamentavelmente, a industrialização do boato somente se preocupa com os ataques e acusações e não destaca quando alguém comprova sua honestidade.”

**Tião Viana** (PT-AC) – “Lamento que a imprensa não dará o mesmo espaço que deu no momento em que foram feitas as acusações.”

**Mão Santa** (PMDB-PI) – “O Piauí se antecipou nesse julgamento ao escolher como patrono do Palácio da Indústria do Estado o senador Fernando Bezerra.”

**Garibaldi Filho** (PMDB-RN) – “Seus conterrâneos estão exultantes porque se fez justiça ao senador Fernando Bezerra, à sua trajetória política e à sua honradez pessoal.”

**Ramez Tebet** (PMDB-MS) – “O documento da Procuradoria Geral da República não representa nada. Mais do que ele, vale é o nosso testemunho.”

**Maguito Vilela** (PMDB-GO) – “Todo homem público que se preza e tem a consciência tranquila não deve temer na busca pela justiça,

esteja ela onde estiver.”

**Sérgio Zambiasi** (PTB-RS) – “O melhor aval da sua honestidade, da sua conduta e transparência são os 80 senadores, que sempre lhe devotaram muito respeito.”

**Efraim Moraes** (PFL-PB) – “Nós, vizinhos da Paraíba, já conhecemos a sua seriedade, confiabilidade e competência.”

**Patrícia Saboya** (PPS-CE) – “Tenho certeza que toda a população do Rio Grande do Norte está alegre e entusiasmada com a correção de um fato que certamente causou muitas mágoas.”

**Ideli Salvatti** (PT-SC) – “Desejo sucesso em sua empreitada para que sejam punidos os que abusaram de sua autoridade e imputaram acusações sem embasamento, deixando um calvário que, somente agora, foi descartado por não ter base legal.”

**José Maranhão** (PMDB-PB) – “Os documentos representam uma sentença indiscutível, uma resposta cabal às acusações graves e levianas das quais foi vítima durante um longo tempo.”

**Demostenes Torres** (PFL-GO) – “Esse é um depoimento que muitos outros parlamentares poderiam estar fazendo em todo o país, o de alguém que foi injustiçado apesar de ter uma carreira decente, honesta e proba.”

**César Borges** (PFL-BA) – “Esse tipo de acusação não pode passar livremente impune, pois representa uma ação danosa à própria democracia.”

**Lúcia Vânia** (PSDB-GO) – “Para os homens que têm honra, um episódio como esse machuca muito.”

**Heráclito Fortes** (PFL-PI) – “Ima-

gino quantos brasileiros espalhados país afora também desejariam manifestar-se para prestar solidariedade ao senador Fernando Bezerra.”

**Flávio Arns** (PT-PR) – “O país tem que percorrer o caminho no sentido de que os autores de denúncias não fundamentadas respondam pelos seus atos.”

**Renan Calheiros** (PMDB-AL) – “Nunca tivemos nenhuma dúvida sobre o seu comportamento.”

**João Tenório** (PSDB-AL) – “Existe uma certa complacência da classe política com alguns integrantes de setores da vida nacional que cometem excessos de autoridade e também com a própria imprensa.”

**Alvaro Dias** (PSDB-PR) – “Quero expressar o meu respeito, minha solidariedade, admiração e consideração por Fernando Bezerra.”

**Romero Jucá** (PMDB-RR) – “Tenho certeza que o povo do Rio Grande do Norte nunca teve dúvida a respeito do seu comportamento.”

**Eurípedes Camargo** (PT-DF) – “Ao comprovar inocência, contribui para o fortalecimento do Senado.”

**Sérgio Guerra** (PSDB-PE) – “A imprensa nunca dá ao esclarecimento o mesmo tamanho que dá à denúncia e à acusação.”

**João Capiberibe** (PSB-AP) – “Fico imaginando a leveza e o alívio que está sentindo, já que a distância entre a suspeição e o esclarecimento é um pesadelo.”

**Romeu Tuma** (PFL-SP) – “Todos sabemos como é amargo o cálice da calúnia, da injúria e da difamação.”

**Eduardo Suplicy** (PT-SP) – “Expresso o meu respeito pela seriedade do trabalho de Fernando Bezerra durante todo o período que temos convivido.”

## União será processada por danos morais

Baseado em parecer elaborado pelo jurista Ives Gandra Martins, o senador Fernando Bezerra anunciou que acionará a União para ser ressarcido pelos danos morais que sofreu a partir das denúncias encaminhadas pela então corregedoria-geral da União Anadyr Mendonça à Procuradoria Geral da República. Ele frisou que, se for vitorioso em sua causa, destinará os recursos da indenização a instituições de caridade do Rio Grande do Norte.

Segundo o senador, a acusação de ter cometido irregularidades quando era sócio da empresa Metasa trouxe consequências de ordem pessoal, familiar, profissional e até de saúde. E disse que se tornou diabético em decorrência das acusações. Fernando Bezerra afirmou que um parecer médico atestou como causa determinante para a diabetes o sofrimento pelo qual passou.

– Desde maio de 2001 até hoje, dois anos e meio, tive que suportar calado as maiores humilhações e constrangimentos que um homem de bem pudesse receber. Fui execrado, caluniado, vilipendiado e difamado. Fui condenado, sem ser julgado. Minha família, minha mulher, filhos, noras e netos tiveram que ouvir calados o enxovalhamento da minha honra – afirmou.

# Romeu Tuma homenageia os 450 anos de São Paulo

Senador lembra a fundação e a importância de uma das maiores metrópoles do mundo

Em homenagem aos 450 anos da cidade de São Paulo, que serão comemorados no próximo domingo, dia 25, o senador Romeu Tuma (PFL-SP) apresentou requerimento para voto de aplauso à população do município e à prefeitura.

– Em todos os acontecimentos importantes da história do Brasil, a cidade de São Paulo e seus quase 11 milhões de habitantes estiveram presentes, sempre em posição de destaque – ressaltou.

Tuma fez um relato da história da cidade, desde sua fundação, pelo padre Manoel da Nóbrega, em 25 de janeiro de 1554 no pátio de um colégio religioso, “sob a égide da espiritualidade”. Hoje, continuou, São Paulo transformou-se numa das três maiores metrópoles do mundo, “uma vitrina do Brasil, cadinho de raças que



**LOUVOR** Tuma apresentou em Plenário voto de aplauso à população da cidade

garante a miscigenação e combina sobrenomes oriundos de 78 nacionalidades”.

O senador assinalou que, depois dos italianos e espanhóis, no século 19, em 1905 chegaram os primeiros imigrantes árabes. Em 1908, foram os japoneses e, em 1920, mais de 20 mil armênios. Três anos depois, começaram a chegar os judeus, “mais de 50 mil até o final da 2ª Guerra Mundial”, lembrou Tuma. Foi na década de 50 que teve início a migração proveniente do Nordeste brasileiro. Na metade da década de 60 co-

meçaram a chegar os sul-coreanos.

Além de centro econômico e cultural, São Paulo se transformou em pólo educacional ímpar para a formação acadêmica, em todos os campos da ciência e da técnica, observou.

Tuma lamentou os problemas paulistanos de hoje, embora admita que façam jus ao tamanho da cidade. Nas últimas duas décadas, as dificuldades têm se agravado, com o crescimento da violência e do desemprego, como reflexo direto do que ocorre em todo o país, segundo o senador.

– Como foi forjada na luta, retrata o dinamismo de uma população corajosa e determinada, que somente almeja engrandecer o Brasil, trabalhar e viver em paz.

– Como foi forjada na luta, retrata o dinamismo de uma população corajosa e determinada, que somente almeja engrandecer o Brasil, trabalhar e viver em paz.

## Jucá defende política para os negros

O senador Romero Jucá (PMDB-RR) voltou a pedir a adoção de políticas concretas voltadas para a inclusão social, econômica e política dos negros e mulatos brasileiros, que, informou, já ultrapassam os 74 milhões do total da população. Para ele, não é justo que apenas 14% dos negros tenham acesso aos estudos de nível médio e que 71% deles tenham concluído, no máximo, o primeiro grau.

– Precisamos igualar imediatamente o Brasil, abrir oportunidades iguais para todos, sem distinção de cor, raça, credo ou sexo. Somente dessa maneira o país será capaz de eliminar o racismo e conquistar o nosso grande sonho, que é a construção da maior sociedade multirracial do mundo, plenamente desenvolvida, democrática e solidária – defendeu o senador.

Com base em depoimentos de defensores da causa negra, Romero Jucá informou que o



**SITUAÇÃO** Apenas 14% dos afro-brasileiros chegam à universidade, segundo Jucá

racismo brasileiro “é um dos mais ferozes”, uma vez que, ao longo dos séculos, a elite dominante – “a população branca” – ignorou negros e mulatos, “considerados como parte imprestável da sociedade”.

Jucá observou que em “batida” policial, por exemplo, os primeiros a serem abordados

são negros e mulatos. Além disso, negro dirigindo automóvel caro corre o risco de ser abordado por um guarda de trânsito e de responder a perguntas indiscretas envolvendo o veículo e sua própria pessoa.

### Drogas

O senador também alertou para os perigos do crescimento do consumo de drogas no país, inclusive do álcool e tabaco, que, ressaltou, vêm atingindo a juventude, “o segmento da população mais vulnerável”. Para ele, nenhuma família está imune de ver um filho consumindo drogas. Por isso, disse, a sociedade deve lutar pela prevenção ao uso de drogas.

Jucá destacou a realização de seminário realizado pelo Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas (UniFMU) mostrando que as escolas são um espaço em que se difunde o consumo de drogas, sendo visadas de modo sistemático pelos traficantes.



**CONTRIBUIÇÃO** Eduardo diz que o Tocantins pode ajudar a resolver a escassez de água

## Eduardo quer mais proteção a recursos hídricos

As enchentes que vêm castigando diversas regiões do país, inclusive o semi-árido nordestino, motivaram o senador Eduardo Siqueira Campos (PSDB-TO) a cobrar das autoridades maior atenção ao aproveitamento e à conservação dos recursos hídricos.

– Está na hora de nos determos de forma muito séria sobre a questão da água – afirmou. Ele lembrou alerta da Or-

ganização das Nações Unidas (ONU) de que conflito mundial deverá estourar, em meados deste século, em função da escassez de água no planeta.

Enquanto o Nordeste brasileiro sofre, ou devido à falta de água ou por causa de inundações, como a que atinge neste momento Sergipe, o Tocantins é privilegiado no aspecto hídrico, destacou. “Abençoado pelos rios Araguaia e Tocantins”, o estado pode ajudar a solucionar, conforme observou o senador, o problema de abastecimento em várias áreas do semi-árido nordestino.

### Apoio

Apesar das dificuldades enfrentadas por vários estados para superar a calamidade decorrente de secas ou enchentes periódicas, o parlamentar destacou a “atenção especial” que o Ministério da Integração Nacional vem dispensando ao Tocantins.

Graças a esse apoio, Eduardo disse que será possível um melhor aproveitamento das reservas hídricas nas áreas de energia elétrica, irrigação, consumo humano e turismo.



**VERBAS** Conforme Aelton Freitas, MP garantirá recursos da Cide aos estados

## Aelton elogia decisão em favor de rodovias

O senador Aelton Freitas (PL-MG) elogiou ontem em Plenário o presidente Luiz Inácio Lula da Silva pela decisão de assinar medida provisória (MP) que estabelece o repasse aos estados de parte dos recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide). A contribuição é recolhida sobre a venda de combustíveis e deve ser usada para a conservação de rodovias.

Segundo Aelton, as verbas serão fundamentais para que os estados possam investir na recuperação de estradas e em novas obras viárias. O senador

lembrou que, ao assinar a MP, o presidente cumpriu um de seus compromissos com os governadores, não discriminando partidos, uma vez que as administrações mais beneficiadas serão as de Minas Gerais e São Paulo, hoje nas mãos do PSDB.

– Especialmente no caso de Minas Gerais, os recursos da Cide virão em um momento bastante oportuno, já que as fortes chuvas agravaram a situação das rodovias, provocando a abertura de buracos, deslizamentos de encostas e desmoronamentos de asfalto – relatou.

### Respeito

O senador cumprimentou também o governador de Minas, Aécio Neves, que, na opinião de Aelton, agiu de maneira ética e respeitosa em relação ao governo federal e à defesa dos interesses do estado, para o qual serão garantidos 12% dos R\$ 2,5 bilhões a serem repassados pelo governo federal.

Aelton disse ter a expectativa de que Minas Gerais tenha o seu espaço ampliado no ministério. A possível indicação do ex-prefeito de Belo Horizonte e atual deputado federal Patrus Ananias (PT) para comandar o superministério social seria “um gol de placa do presidente Lula”, afirmou.

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Paulo Paim, Eduardo Siqueira Campos, Romeu Tuma, Efraim Morais e Mão Santa e pela senadora Serys Slhessarenko